



P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1005012-02.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**
 Requerente: **Isaias dos Santos**
 Requerido: **Edenilson de Campos**

ISAIAS DOS SANTOS ajuizou ação contra **EDENILSON DE CAMPOS**, pedindo o despejo em relação ao prédio situado na Rua Irineu Melo nº 493, Jardim Dom Constantino Amstalden, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis e encargos da locação vencidos a partir de 22 de abril transato. Pede, também, a condenação ao pagamento do respectivo valor.

Deferiu-se liminarmente o despejo.

Citado, o réu não contestou nem purgou a mora.

O autor noticiou o pagamento de parte da dívida e, em seguida, pediu o despejo.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Código de Processo Civil, artigo 344), com a consequência do acolhimento do pedido, pois incorrente qualquer das hipóteses excludentes previstas no artigo 345 do mesmo Código.

Houve pagamento apenas de parte da dívida, sem extinguir a obrigação e, menos ainda, sem purgar a mora.

A impontualidade sujeita o devedor aos encargos moratórios, mas não à incidência de multa compensatória prevista na Cláusula IX, aplicável em caso de descumprimento absoluto do contrato, não pela simples mora.



P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760


Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho o pedido** e decreto o despejo do réu, do prédio locado, assinando-lhe o prazo de quinze dias para desocupação.

Além disso, condeno-o ao pagamento dos aluguéis e encargos da locação, **excluída a multa compensatória de R\$ 500,00**, com correção monetária, juros moratórios, custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da dívida, **deduzindo-se o valor correspondente ao pagamento parcial efetuado no curso do processo**.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de julho de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**